



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

LUCILDE SACON

**RELAÇÕES ENTRE CRECHE E FAMÍLIA: apontamentos sobre a inserção
das famílias na Educação Infantil**

Florianópolis

2014

Lucilde Sacon

**RELAÇÕES ENTRE CRECHE E FAMÍLIA: apontamentos sobre a inserção
das famílias na Educação Infantil**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Especialização em
Docência na Educação Infantil como pré-
requisito para a obtenção do grau de
especialista.

Orientadora: Professora Dra Patrícia de
Moraes Lima

Florianópolis

2014

Lucilde Sacon

RELAÇÕES ENTRE CRECHE E FAMÍLIA: apontamentos sobre a inserção das famílias na Educação Infantil

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do grau de Especialista em Docência na Educação Infantil, e aprovado em sua forma final pela Coordenação do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, setembro de 2014

Prof^a. Dra. Soraya Franzoni Conde
Coordenadora do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil

Banca Examinadora:

Orientadora: Patrícia de Moraes Lima

Membro: Kátia Adair Agostinho

Membro: Maria Raquel Barreto Pinto

Suplente: Regina Ingrid Bragagnolo

AGRADECIMENTOS

Ao meu marido Alexandre, pelo amor, carinho e incentivo, em todos os momentos e por cuidar do nosso bem maior nossa filhinha.

Há minha irmã Roseli que mesmo a distancia sempre me auxiliou contribuindo para escrita deste trabalho.

A minha amiga Mariane e sua filha Bruna, pelo esforço e apoio na reta final, ajudando a formatar o trabalho.

Às minhas companheiras de curso: Priscila, Carine e Camila Jesus que muitas vezes compartilharam sufocos, desabafos e angústias comigo, e me apoiaram com os trabalhos finais das disciplinas.

À orientadora Patrícia, que sempre me mostrou com muita afetividade e clareza os nortes que deveria seguir, me dando suporte emocional, compreendendo e me apoiando na fase mais importante da minha vida, minha gestação. Me ensinou além da teoria necessária para concluir este trabalho, a ser uma mulher de fé e esperança, acreditando que por mais difícil que seja no final pode dar certo.

A todas as amigas e amigos, colegas de trabalho, familiares, que de maneira direta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho se refere ao debate existente sobre a relação creche-família, sendo resultado de reflexões realizadas no curso de Especialização em Educação Infantil da Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC. O objetivo de análise do estudo foi identificar e evidenciar elementos possibilitadores de interação entre essas instituições. O foco de realização dessa pesquisa foi uma creche pública do município de Florianópolis que enfatiza no seu cotidiano a importância das aproximações com as famílias das crianças com as quais trabalha, realizando um estudo mais voltado para um grupo de crianças de 4 e 5 anos, traçando paralelos com registros de campo da minha própria prática neste grupo. O aporte teórico que subsidiou tal pesquisa está voltado para uma relação de diálogo e respeito entre as famílias e a instituição de educação infantil, tendo a criança como sujeito de direitos. O texto apresenta reflexões sobre esta inquietante relação entre a creche e as famílias que a frequentam, trazendo apontamentos sobre o inserimento destas famílias ao cotidiano da Unidade Educativa. Por meio desta pesquisa foi possível perceber o anseio desta unidade para melhor receber e incorporar a participação das famílias no dia a dia da mesma, porém percebeu-se também, que para se tornar possível esta relação de respeito mútuo, faz-se necessário um maior investimento nas políticas públicas para a Educação Infantil e formação profissional do corpo docente da unidade, bem como da rede municipal como um todo.

Palavras-chave: Educação Infantil, creche e Família.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA DOTEMA.....	7
1.1 O contexto da pesquisa: elementos que compõe a documentação e ações entre famílias e creche.....	11
1.2 Projeto Político Pedagógico: O que ele expressa na relação creche e família.....	15
1.3 Ações e práticas de aproximação da unidade com as famílias.....	16
2. REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO CRECHE E FAMÍLIA: apontamentos sobre o acolhimento e o inserimento na Educação Infantil.....	18
2.1- O cuidado e relação com as famílias.....	23
2.2- O inserimento , relações de acolhida das famílias pela unidade.....	26
3- Pesquisa de Campo : análise das relações entre creche famílias.....	28
3.1 Sistematizando as entrevistas.....	29
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA DO TEMA:

Este trabalho tem como intenção pesquisar as relações entre a família e a creche¹ a partir de uma unidade de educação infantil de rede municipal de Florianópolis. O estudo visa conhecer como a creche vem recebendo as famílias, objetivando construir assim, elementos, a partir desse trabalho, que auxiliem a pensar os desafios que estão postos nessa imbricada relação: creche e famílias. Através de observações, registros cotidianos na unidade e das entrevistas com algumas famílias, será evidenciado nesse trabalho, como ocorre a relação de acolhida e inserimento das famílias no cotidiano de uma unidade educativa da rede de Florianópolis.

A análise realizada teve como suporte teórico as abordagens que consideram as inter-relações entre a criança, família e Educação Infantil, além de referências que concebem a criança como sujeito de direitos, a família como uma construção histórica e social e a Educação Infantil como um direito da criança.

A pesquisa evidenciou as dificuldades que enfrentam as famílias ao buscar a educação infantil como um direito às crianças, desde o momento da matrícula dos seus filhos, principalmente bebês de até um ano de idade, onde vivenciam o impasse de não haver vagas, ou seja, encontram uma lista de espera enorme que já se coloca como um dos primeiros obstáculos a ser enfrentado nessa aproximação. Embora a LDB garanta o atendimento gratuito da criança menor de seis anos em creches e pré-escolas, sabe-se que a realidade é um pouco diferente e que ainda necessitamos de políticas públicas que contemplem esta etapa da educação básica com mais ênfase.

Diante desta demanda foi possível observar um descompasso na relação das famílias que conseguem a vaga para seus filhos com a unidade educativa, que se expressa, por parte de algumas famílias, por uma relação de submissão, como se esta estivesse recebendo um favor por parte da unidade e, portanto deveria ser

¹ Creche, aqui se denomina com este termo seguindo a legislação municipal, que traz esta nomenclatura como período integral de atendimento a crianças de 0 a 6 anos, diferindo-se da legislação Nacional que compreende a creche apenas como atendimento de crianças de 0 a 3, e pré-escola para crianças de 4 a 6 anos.

grata não fazendo “reclamações” sobre o atendimento ao seu filho(a), esta perspectiva pode ser observada em uma das perguntas da pesquisa realizada onde as famílias colocam a creche como “salvação” para suas necessidades, e sendo assim elas próprias se veem na obrigação de serem gratas a estas, como se estivessem recebendo um grande favor e não um direito seu e de seus filhos, como pude observar durante minha atuação, com algumas falas das famílias nos momentos de interação como chegada e saída das crianças. “Graças a deus que consegui vaga pra ela esse ano, senão nem sei como eu ia fazer para trabalhar. Agora só pago a tia que cuidava dela quando a creche fecha, será que esse ano vai ter greve professora?” (Fala de uma mãe...)

Vários estudos têm demonstrado o papel da relação entre família e instituições de Educação Infantil. Aponto aqui alguns dos mais referidos durante esta pesquisa que possibilitaram um embasamento teórico e maior compreensão das instancias acima mencionadas, famílias, crianças, instituição de educação infantil, com autores renomados como Newton Duarte, Fulvia Rosenberg, Maria Malta Campos, Daniela Guimarães, Chiara Bowe, Maria Aparecida Maistro e algumas pesquisas aos referencias curriculares nacionais e também municipais que permitiram fazer um contraponto com as documentações nacionais e o que já vem sendo posto na rede municipal. (Rocha, 2012).

Percebe-se que nas unidades de educação infantil o envolvimento familiar ainda acontece de forma restrita, ou seja, nem sempre as condições de acolhida às crianças e às famílias se constituem. Portanto, o que se busca ainda com estudos nesta área é que se definam estratégias que possibilitem encontros diários e contínuos entre as famílias e o corpo docente da unidade educativa, para que se defina essa relação realmente como uma relação de complementaridade entre adultos e crianças que compartilham um mesmo espaço durante um grande período de suas vidas. Neste sentido pode se citar as orientações curriculares da rede municipal de Florianópolis dentro do núcleo de ação pedagógica Relações Sociais e Culturais que diz

“ Para as crianças, além da possibilidade de encontro com múltiplos outros, o período da educação infantil coincide, também, com a conquista de marcantes aquisições em seu desenvolvimento: o andar, a fala, o controle esfínteriano, a formação da imaginação e da

capacidade de fazer de conta e de representar usando diferentes linguagens. Aquisições que estão intrinsecamente ligadas à própria oportunidade de viver em relação com outros sujeitos em sociedade. Isso porque, embora nessas aquisições a dimensão orgânica da criança se faça presente, elas não são constituições universais, biologicamente determinadas. Elas são históricas e culturalmente produzidas nas relações que se estabelece como o mundo material e social, mediadas por outros parceiros. (p. 58)

Para tanto é preciso que se acolha estas famílias, com suas peculiaridades e seus valores culturais, para que possam agregar a unidade de educação infantil as suas vivências dando a esta características próprias da comunidade em que se encontra inserida,

“ Na creche, é necessário construir uma certa proximidade com a família, sempre levando em consideração a natureza complexa dos relacionamentos humanos, de tal maneira que os relacionamentos criados caracterizem-se por uma curiosidade genuína, uma ausência de julgamentos e uma atitude de respeito e atenção para com o outro.” (Bove 2011, p.)

Para iniciar a discussão nesse trabalho, resalto a partir do observado, uma ambiguidade na relação entre profissionais de Educação Infantil e famílias. Por parte das unidades, ao mesmo tempo em que admitem a importância da relação família/instituição para o trabalho pedagógico, já que o espaço familiar constitui-se, em geral, no primeiro ambiente social no qual a criança convive, costumam ter dificuldades para lidar com os pais ou responsáveis. Diversas situações apareceram como motivos de queixas por parte dos profissionais em suas falas, tais como: pais que não lêem os bilhetes enviados pela instituição, que não mandam os pertences da criança, que não aparecem nas reuniões, que atrasam para buscar a criança, que não atualizam números de telefone e assim por diante. Para os profissionais se constrói a imagem de uma família que vê a instituição como “depósito de crianças” - expressão utilizada por muitos educadores.

Por outro lado, observa-se que as famílias também têm questões mal resolvidas com a instituição, manifestadas por comportamentos que passam por demonstrações de desconfiança, disputa, receio em apresentar suas insatisfações por acreditar que seu filho possa não ser bem tratado pelos profissionais. Comumente pais têm queixas quanto à mordida que seu filho recebeu de outra criança, os pertences desaparecidos, o ensino que está “fraco”, enfim, são diversas as situações envolvendo descontentamento por parte das famílias com relação à instituição - e vice-versa. Sendo assim, um quadro de desencontro tem se instalado e sugerido que a instituição (re)pense formas de trabalhar com as famílias.

Para sistematizar a organização desta pesquisa ressalto que a mesma encontra-se dividida em três capítulos. Sendo o primeiro capítulo voltado a apresentação da unidade em análise, onde e como esta encontra-se constituída, seus princípios norteadores e como funciona o Projeto Político Pedagógico e a relação que estabelece com as famílias, bem como as estratégias de acolhimento utilizadas pela unidade a estas famílias. Apresento na sequência, os dados e características do grupo especificamente observado.

Para refletir e aprofundar teoricamente este primeiro capítulo alguns autores foram priorizados (1997;Guimarães ...) que trata a alteridade do relacionamento com outro como desafio de compreender as famílias através do diálogo.

“A busca do espaço dialógico, da explicitação dos pontos de vista diferentes, sem apagamento das singularidades, é uma perspectiva presente, sempre. (Guimarães, p. 90)”

No segundo capítulo trago os estudos realizados a cerca de alguns autores que tratam desta relação creche e família, traçando assim, uma revisão bibliográfica sobre o tema e a importância destas produções científicas na formação dos profissionais que atuam com a educação infantil.

O terceiro capítulo vem sistematizar a pesquisa em si, contextualizando a abordagem metodológica com o objetivo de analisar e refletir sobre os dados registrados durante o período em que estive em campo. O estudo possibilita visualizar as estratégias de acolhimento as famílias utilizadas pela unidade. Vale

ressaltar, que para realizar esta análise, utilizei-me da observação participante, dos registros escritos e decorrentes das observações na unidade, bem como, das entrevistas realizadas com algumas famílias do grupo estudado onde as mesmas relatam suas expectativas e anseios com relação a unidade educativa, voltando o olhar para a qualidade destas interações e o impacto que oferece no desenvolvimento das crianças.

1.1 O contexto da pesquisa: elementos que compõe a documentação e ações entre famílias e creche

A Creche observada encontra-se no norte da ilha de Santa Catarina, cidade de Florianópolis, na praia dos Ingleses, foi construída pela Prefeitura Municipal de Florianópolis e inaugurada em outubro de 1999. Nesta época possuía duas salas para atender crianças de 0 á 3 anos que compuseram a turma do berçário e maternal I. Em dezembro do mesmo ano tiveram início das atividades da creche como colônia de férias.

Em meados de 2000, iniciou-se a construção de mais duas salas o que fez possível disponibilizar para a comunidade, a partir de dois mil e um, turmas de berçário, maternal um, maternal dois e primeiro período atendendo na totalidade a setenta e cinco crianças.

Desde 2001 até o ano de 2004 foram realizadas outras reformas e ampliações na creche, sendo que em dois mil e quatro, a mesma passou a atender cento e sessenta e uma crianças e contava com os seguintes grupos: grupo dois, dois grupos três, três grupos quatro, dois grupos cinco, dois grupos de seis e dois grupos sete anos. Mais uma ampliação aconteceu na Creche em dois mil e seis, ampliando a capacidade de atendimento da mesma para duzentas e quarenta e duas crianças e contando com o grupo dois, dois grupos três, três grupos quatro dois grupos cinco, dois grupos seis e dois grupos sete.

Em 2011, a creche atendeu 265 crianças de 0 a 6 anos, com os seguintes grupos: grupo um, grupo dois, grupo três, grupo quatro, grupo quatro, três grupos cinco e cinco grupos seis.

Em 2012, a creche atendeu 266 crianças de 0 a 6 anos divididas em doze grupos.

A Creche é vinculada à Prefeitura Municipal de Florianópolis, da qual deve prover a manutenção do espaço físico, contratação de pessoal, orientação e apoio administrativo e pedagógico, bem como o fornecimento de alimentação e diferentes tipos de materiais necessários a realização do trabalho.

No que diz respeito ao espaço físico, a creche conta com doze salas, sete banheiros infantis, dois banheiros para os adultos, uma cozinha, um refeitório, hall de entrada, uma secretaria, uma sala de professores, uma lavanderia, uma sala do material de educação física, três depósitos (um de alimentos, um de limpeza e um de material pedagógico), horta, campo de futebol de areia, parque infantil, casinha, sala de supervisão escolar.

Sobre os recursos humanos a Creche em 2012 contou com um grupo de sessenta e cinco funcionários, sete cozinheiras com formação em ensino médio, sendo que uma trabalha exclusivamente com o projeto refeitório e horta escolar, sete auxiliares de serviços gerais com formação em ensino médio, uma diretora com curso superior em pedagogia, uma supervisora com curso superior em pedagogia; três auxiliares de ensino; quatorze professores com curso superior em pedagogia; vinte e quatro auxiliares de sala com formação em magistério e algumas com curso de pedagogia completo e outras cursando; duas auxiliares de sala readaptadas; duas professoras readaptadas (sendo uma da área da educação física e outra da educação infantil); uma auxiliar de educação especial; duas professoras de educação física.

A Creche em 2013 funcionou com um grupo de cinquenta e nove funcionários, seis cozinheiras com formação em ensino médio, sete auxiliares de serviços gerais com formação em ensino médio, uma diretora com curso superior em pedagogia, uma supervisora com curso superior em pedagogia; quatro auxiliares de ensino, sendo duas de quarenta horas e duas de vinte horas semanais; quatorze professores com curso superior em pedagogia; vinte e duas auxiliares de sala com formação em magistério e algumas com curso de pedagogia completo e outras cursando; duas auxiliares de sala readaptada; duas professoras de educação física, sendo uma de quarenta horas semanais e uma de vinte horas semanais.

Sobre os atendimentos destaco que em 2012 a creche atendeu duzentas e sessenta e seis crianças divididas em doze grupos de, todos em período integral, destes, um grupo um, um grupo dois, um grupo três, dois grupos quatro, dois grupos cinco, um grupo cinco com seis (misto) e quatro grupos seis.

Em 2013 a creche atendeu duzentas e sessenta e seis crianças divididas em doze grupos, todos em período integral, destes, um grupo um, um grupo dois, dois grupos mistos três com quatro, dois grupos mistos quatro com cinco e seis grupos mistos cinco com seis, este foi o estudo realizado em relação a formação desta unidade desde a sua fundação até o ano de 2013 quando ocorreu a última alteração no projeto Político Pedagógico da mesma.

A análise utilizada para esta pesquisa, no entanto fora baseada na relação de prática pedagógica observada e registrada no grupo misto de quatro e cinco anos constituído por vinte e cinco crianças nesta faixa etária, sendo uma criança portadora de necessidades especiais e três profissionais para atendê-las em cada período, a professora titular do grupo, a professora auxiliar de sala e a professora auxiliar de ensino de necessidades especiais, tecendo relatos da minha própria prática enquanto professora regente do grupo no período matutino, bem como observando com o olhar mais crítico a relação estabelecida dos profissionais deste grupo com as respectivas famílias e ampliando este olhar para as práticas de acolhimento destas famílias estabelecida pela unidade como um todo.

Para compor esta pesquisa podemos traçar um breve estudo da trajetória da Educação Infantil no Brasil, de acordo com Lopes, Mendes e Faria (Revista PROINFANTIL, Módulo 1, Unidade 3, Livro de estudo vol- 2.) e também Broering, Bran e Angelo, a respeito dos caminhos da rede Municipal de Educação de Florianópolis.

Nesta revista que traz o projeto PROINFANTIL, as autoras traçam uma trajetória da Educação Infantil baseado-se também nos estudos de Kuhlmann Jr. Vamos traçar aqui alguns marcos históricos desta trajetória.

Segundo as autoras a Educação Infantil teve início dentro do sistema Republicano no ano de 1889, embora antes disto já se ouvisse falar em jardins de infância.

Mais adiante, em 1923 a grande presença feminina nas indústrias fez com que surgisse a necessidade de espaços para os filhos destas mulheres, que por sua vez exigiam também o direito a amamentação, aumentando a demanda das creches para crianças de 0 a 3 anos.

Na década de 70 com governo militar, a preocupação passa a ser a ordem e o bem estar social, tecendo um olhar mais voltado para as crianças que ficavam nas ruas, fazendo-se necessário obter-se um espaço para estas crianças

receberem cuidados e educação, cuidar das crianças pobres seria uma forma de prevenir problemas sociais e ao mesmo tempo continuar liberando as mães para o trabalho.

Os jardins de infância, no entanto, surgem a partir de 1976 e 1977, com o intuito também de atender as mães pobres que trabalhavam e precisavam de um lugar para a guarda e educação de seus filhos.

Quando surgiram com mais afinco, no entanto, os jardins de infância geraram uma certa polemica pois não foram bem aceitos por serem considerados instituição de caridade e não de ensino.

A partir daí os maiores avanços na Educação Infantil viriam com a constituição de 1988 e a LDB, onde houve o reconhecimento do direito das crianças à creche e a pré escola como parte do sistema educativo, tornando a Educação Infantil um direito das crianças e suas famílias, deixando de ser meramente assistencialista.

A Educação Infantil no município de Florianópolis, assim como a Educação Infantil no Brasil, tem seus marcos históricos passando por várias transformações, segundo estudos dos autores Breoring, Bran e Angelo, a educação infantil em Florianópolis apresenta seu início no ano de 1976 marcado pela lógica assistencialista, da mesma forma como essa etapa de ensino surge no país.

A educação infantil no município segundo esses autores surge com a criação do Projeto Núcleos de Educação Infantil², pelo Departamento de Educação” (BREORING BRAN; ANGELO, 2013, p. 45), vinculado a Secretaria de Educação, Saúde e Assistência, avançando rapidamente a rede foi se constituindo, em 1979 segundo os autores acima citados, surge a primeira creche ampliando o atendimento a crianças de 0 a 6 anos de idade e aumentando o tempo de permanências de 4h para 12h horas, configurando o período integral.

² Os Núcleos de Educação Infantil configuram ainda hoje em termos de nomenclatura, como os conhecidos NEIs da rede municipal de educação e atendem crianças de 0 a 5 anos em meio período, na sua maioria.

1.2: Projeto Político pedagógico: O que ele expressa na relação creche e família.

Tecendo análise a cerca do Projeto Político Pedagógico da unidade educativa, pode-se observar que o mesmo tem por objetivo reunir e explicitar os princípios norteadores da Instituição e os fundamentos que norteiam o “fazer pedagógico”, bem como a conduta dos que nela trabalham em todas as áreas da Instituição, de modo que atuem com base nas mesmas diretrizes filosóficas, pedagógicas e administrativas. A proposta político pedagógica reflete a concepção do cotidiano e a organização do coletivo com base em: reuniões de equipe, reuniões de pais, reuniões do conselho escolar e registros e acompanhamento do trabalho desenvolvido com o olhar da supervisora da unidade.

O documento parte de uma concepção de criança como um ser sócio-histórico-cultural, que precisa ser compreendido como um sujeito de direitos e deveres, que precisa ser respeitado e valorizado em cada movimento que realiza na conquista de sua autonomia, no desenvolvimento de seu espírito crítico e criativo, no estímulo a ação cooperativa, responsável e solidária. Assim, a compreensão de criança parte de uma perspectiva integral, valorizando os seus aspectos afetivos, psicológicos, motores, cognitivos, como também suas individualidades e subjetividades, possibilitando a convivência e a interação da mesma, com outras crianças e com os adultos, num ambiente seguro e acolhedor, que favoreça sua aprendizagem e o seu desenvolvimento.

Por ser um documento de gestão democrática,

“será objetivo de permanente reflexão coletiva no que se refere aos princípios e valores que fundamentam as finalidades da instituição; á sua estrutura organizacional e instância de decisão; às relações com a comunidade; à organização administrativa e pedagógica; os conteúdos curriculares; os procedimento didáticos; às estratégias de avaliação e as atividades culturais.”
(PPP 2013).

1.3 Ações e práticas de aproximação da unidade com as famílias

Com base no que traz este PPP pode-se observar algumas iniciativas com relação ao acolhimento das famílias na unidade. O texto do PPP retrata algumas dessas aproximações tais como: a participação da comunidade, as reuniões de pais e uma associação que conta com membros de algumas famílias e funcionários (Associação de pais e professores- APP) que tem por finalidade gerenciar os recursos financeiros da unidade, também consta no PPP as festas da família e festa cultural realizadas uma em cada semestre . Porém, com a prática cotidiana pode-se perceber outras estratégias também realizadas tanto por grupos distintos de crianças e professores, como pelo coletivo da unidade em si e que não constam na redação deste PPP, como um trabalho organizado por três grupos maiores de cinco e seis anos, realizando uma exposição de artes produzidas pelas crianças e convidando as famílias dos mesmos a participar, bem como o acolhimento diário que é oferecido as famílias e crianças que frequentam a mesma em momentos estratégicos de entrada e saída na unidade.

Nos dias de hoje sentimos a necessidade de uma convivência mais democrática e pluralista. Em virtude disto e das características das faixas etárias de zero a seis anos de idade é necessário dar-se mais atenção às relações entre creches (instituições de educação infantil) e as famílias, procurando compreender alguns aspectos deste relacionamento.

Tanto a creche quanto as famílias devem trabalhar em prol da educação das crianças. Os professores, esperam a colaboração dos pais e o envolvimento deles com as atividades dos filhos. Expectativas que implicam disponibilidade da família para construir uma relação de confiança mútua, de diálogo e de troca de informações.

No que diz respeito á relação com as famílias, o mais determinante no contato imediato e profundo em todos os graus, entre creche e família, está na definição dos papéis de cada um desses mundos básicos da criança, cada qual tem sua tarefa e importância, específicas e complementares. A sabedoria está em poder tornarem-se parceiros nesse momento especial das crianças. Respeitar as especificidades de cada um, trocando informações e apoiando-se em subsídios facilitadores dessa complementariedade educativa, é a grande tarefa dessa relação.

A família é parte integrante do dia-a-dia da creche além de ser a primeira instituição responsável pelo atendimento aos direitos básicos das crianças. Portanto, um diálogo aberto com as famílias, um contato afetivo e harmonioso entre os profissionais/creche e pais/famílias, é fundamental. As famílias são parceiras e interlocutoras do processo educativo das instituições de Educação Infantil/creche.

O conhecimento sobre a criança, a forma como vive, as suas dificuldades e suas histórias são num primeiro momento transmitidos pelas famílias. Assim as entrevistas iniciais e as visitas das famílias á creche são importantes para que elas conheçam o ambiente, os profissionais e a rotina. Cada família com suas crianças carregam um repertório vivencial muito rico e cabe ás instituições de Educação Infantil, através dos seus profissionais, ouvir, observar e aprender com elas (famílias e crianças), apresentando atitudes que evitem o preconceito e a discriminação, valorizando a diversidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9.394/96 diz no artigo 63, parágrafo terceiro, que “Os institutos superiores de educação manterão: programas de educação continuada, assegurando-lhes aperfeiçoamento profissional continuado.

Portanto a formação continuada dos professores pode ser caracterizada como um programa de diferentes ações que envolvem cursos, congressos, seminários, reuniões pedagógicas e coletivas, orientações técnicas e estudos de grupos ou individuais, conforme demanda a secretaria de educação do município de Florianópolis. Estudando um pouco da trajetória histórica da Educação Infantil no Brasil, consegue-se perceber a ligação primária com o profissional que atendia a esta etapa da educação, conforme corrobora os estudos da “Coleção PROINFANTIL vol.3”

“Estudar um pouco a história da Educação Infantil significa chegar mais perto dos momentos nos quais homens e mulheres criaram lugares para cuidar, para escolarizar, enfim, para receber as crianças. As formas que tais instituições assumiram em diferentes situações muitas vezes se relacionaram com as idéias de ordem, **progresso** e prosperidade (e assim por diante) produzidas de diversas

formas pela sociedade. Com isso se quer dizer que na história das creches, dos jardins-de-infância e das pré-escolas encontra-se também a história do trabalho, de quem trabalha e de quem manda trabalhar. Acha-se também a história das pessoas que encontraram no cuidado da criança uma profissão, um lugar para construir a própria identidade.” (PROINFANTIL, P. 20).

2. REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO CRECHE E FAMÍLIA: apontamentos sobre o acolhimento e o inserimento na Educação Infantil

A partir da leitura e análise dos resumos das dissertações e teses, dos periódicos e dos trabalhos da ANPED, foi possível identificar o que foi produzido nos últimos cinco anos a cerca do tema dessa pesquisa, sendo que nesse período, poucos trabalhos foram encontrados, fazendo-se necessário buscar outras produções ³para composição desse trabalho.

Lenira Haddad e outros colaboradores nos Cadernos de Pesquisa (1987, p.74) analisa as relações entre creche-família e as define como “instituições complementares, uma vez que dividem a responsabilidade na educação da criança”. A autora identifica, no entanto, o distanciamento entre as duas instituições, caracterizado pela falta de clareza de seus papéis.

Compreende-se que o Estado, complementando a família, tem de cuidar da infância, pois o trabalho feminino, seja por necessidade, seja por opção, traz como consequência a necessidade de tornar coletivo o cuidado e a educação da criança pequena. Surge, portanto, a infância como categoria social, a infância deixa de ser atribuição exclusiva da mulher, no âmbito privado da família e ganha atenção social. Conforme traz Khulmann Jr, q a educação no Brasil passa por um marco

³ Produções acima citadas para compor este estudo, buscar maiores informações em HADDAD Lenira. A relação creche- família: Relatos de uma experiência, Cadernos de Pesquisa, 1987. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças / Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. – 6.ed. Brasília : MEC, SEB, 2009. 44 p. : il.

histórico com o regime militar que se consolida nas definições da Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, onde a legislação nacional passa a reconhecer que as creches e pré escolas, para crianças de 0 a 6 anos, são parte do sistema educacional, primeira etapa da educação básica. (2000, Revista Brasileira de Educação. P.6)

As creches aumentaram ainda mais quando, em 1923, as autoridades governamentais reconheceram a grande presença feminina no trabalho industrial. Isso fez com que as indústrias fossem pressionadas a reconhecer o direito a amamentar. Tanto na indústria quanto no comércio essa medida provocou a expansão de creches. Essa situação colaborou para que, em 1932, o trabalho feminino fosse regulamentado.

Quando o governo de Getúlio Vargas apresentou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), constava entre as obrigações dos estabelecimentos com mais de 30 mulheres empregadas, a manutenção de creches para as crianças na “primeira infância”.

Devemos ter em mente que as instituições de Educação Infantil são espaços socialmente construídos que tanto influenciam como são influenciados pelo contexto no qual estão inseridos. Isto significa que as relações que estas instituições mantêm com as famílias são frutos das crenças, concepções e convicções das pessoas que as formam.

Vivemos atualmente mudanças significativas no que diz respeito ao funcionamento e estrutura familiares. Em decorrência destas mudanças, principalmente no que diz respeito à educação de crianças pequenas, nossa sociedade tem se organizado de maneira a atender estas novas demandas. Neste cenário, considera-se a importância de creches e pré-escolas não só como parte da educação básica (LDB, 1996), mas também como uma política que atua como apoio às famílias. É fato que muitas famílias, hoje, compartilham com a Educação Infantil a educação de seus filhos, no entanto não é possível retomar o assistencialismo como resposta a estas novas demandas.

Quanto a isso, Cerisara (1999b) advoga a necessidade em discutir os papéis desempenhados por cada uma das instituições envolvidas no cuidado e na educação das crianças pequenas, concebendo que, se é dever do Estado e opção da família assegurar a educação da criança a partir do seu nascimento, em complementaridade com o papel e as ações da família nessa função, as instituições

da educação infantil têm uma especificidade que as torna diferentes da família e da escola e que devem, devido à especificidade da faixa etária de suas crianças, desenvolver atividades ligadas ao cuidado e à educação dessas crianças. As relações creche-família precisam ser enfrentadas urgentemente no sentido de explicitar qual é o papel que estas instituições devem ter no atual contexto histórico, a fim de que professores⁴ de educação infantil e as famílias-pais mães das crianças possam assumir suas responsabilidades com maior clareza de papéis, que, mesmo sendo complementares, são diferentes e devem continuar sendo.

A criança pequena sai do controle familiar e passa ao convívio social no momento em que começa a frequentar a creche, a família no entanto não delega responsabilidade de criação de seus filhos pequenos a outras instituições, da mesma forma que as instituições que acolhem a criança pequena não assumem a responsabilidade e educação por inteiro. A família mantém o direito de olhar, que, na expectativa das instituições, significa também um dever familiar de zelar pelo filho pequeno.

Haddad (1997) remete a discussão da complementaridade a uma dimensão do cuidado e da educação compartilhados entre a família e o poder público. Afirma que o cuidado e a educação das crianças pequenas aparecem em vários documentos oficiais exaustivamente debatidos, no âmbito da criança, no entanto, a área carece de discussões quanto ao sentido político-ideológico, que discute a “intersecção entre a família e o poder público, no tocante à responsabilidade pelo cuidado e socialização da criança pequena” (p.8).

A discussão a cerca dos cuidados e educação de crianças pequenas presente no texto assume ideia de que criança, família instituição de Educação Infantil mantêm relações entre si, resultado de determinações históricas, sociais, por isso, a importância de se pensar a criança considerando o conjunto desses fatores que se inter-relacionam.

De maneira geral, o primeiro contato que a criança estabelece com o mundo desde o seu nascimento se dá através do meio familiar, não importando o modelo de família, seja ele nuclear ou qualquer outro, com os mais diversos tipos de

⁴ A palavra professores é citada aqui no gênero masculino dizendo respeito ao corpo docente da unidade estudada como um todo, que é composto tanto por mulheres quanto por homens. Sendo que em outros momentos o termo citado no feminino, diz respeito apenas ao grupo de estudo focado, que é composto somente por mulheres.

composições familiares, transmitindo à criança noções, maneiras de ser, de agir e de sentir, ainda que outras agências ou mesmo alguns espaços exerçam papel socializador sobre a criança.

Acredita-se ser necessário refletir sobre a concepção de família considerando-a como uma construção histórica e social e, que, portanto, está em permanente mudança, desfazendo nos da concepção de família como algo natural e atrelado a um modelo pré-estabelecido.

Diversas práticas apontam para um modelo de família idealizada, porque se acredita que há um modelo de ser família e de educar os filhos e tudo o que se desvia desse padrão deve ser “corrigido”, sob o risco de a família tornar-se uma ameaça ao desenvolvimento da criança.

No lugar de práticas voltadas para a instrução das famílias, o que se defende neste trabalho é a necessidade de uma continuidade entre família e educação infantil, no sentido de uma congruência no que se refere à educação da criança baseada no apoio mútuo, enriquecendo e facilitando o seu processo de desenvolvimento e de aprendizagem, o que remete a uma concepção de família como aquela capaz de contribuir para com o desenvolvimento integral da criança, juntamente com a instituição de Educação Infantil.

A partir desta concepção de família vista numa relação de parceria com as instituições dedicadas à primeira infância, a concepção de criança defendida é aquela que possui direito a um atendimento de qualidade, portanto, concebida como sujeito de direitos, de acordo com o Artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990.

Segundo Guimarães:

“Complementariedade pressupõe parceria, encontro e diálogo, o que se contrapõe à ideia de substituição, que supõe disputa de lugar, poder e saber, nas relações com as crianças.” (2011, p. 92)

O artigo 21, inciso I da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394/96 define a Educação Infantil como “primeira etapa da educação básica”. No artigo 29 aborda a finalidade da Educação Infantil: “O desenvolvimento

integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Além disso, a lei exige que as creches e pré-escola devam integrar-se aos sistemas de ensino. A partir de então, evidencia-se o caráter educativo a ser assumido pelas instituições destinadas à primeira infância, já que historicamente estas possuíam um caráter basicamente assistencial, voltadas às crianças geralmente carentes, cujas mães necessitavam trabalhar e não tinham com quem deixar seus filhos, recorrendo, portanto, às instituições.

A concepção defendida é de que, além de se constituir um local para todas as crianças, sem o estigma de um lugar para a criança pobre ou de preparação para a aprendizagem escolar, como historicamente é vista, a instituição de Educação Infantil possui sua especificidade, diferenciando-se da família.

Em razão disso, os profissionais de Educação Infantil também não podem ser considerados como pais e mães substitutos. Se o profissional de Educação Infantil não deve ser um substituto da família, entendemos que este deve, de fato, assumir o papel de profissional, possuindo competência para realizar seu trabalho, superando a ideia de que para ser educador de crianças basta ser mãe ou “ter jeito”. Assim, os profissionais assumem um papel importante na relação entre instituição de Educação Infantil e famílias. A proposta curricular do município de Florianópolis também traz essa relação com as famílias com o viés da aproximação pautada na compreensão e no respeito da diversidade na formação e origens destas famílias, fazendo-se valer um olhar sensível ao acolhimento dentro da perspectiva do que se pode relacionar como público, ou seja, permitido aos profissionais que lidam com estas crianças e suas famílias adentrarem ao seu mundo sem julgamentos ou estereótipos do que se constitui como um modelo de família nuclear, com pai, mãe e filhos e que não condiz com o que se vê hoje em dia e que não pode ser considerado mais como padrão ideal de família a ser esperado. (Proposta curricular para a Educação Infantil da rede municipal de ensino de Florianópolis, p.68).

“Conhecer as crianças que estão inseridas no contexto educativo exige, sem dúvida, conhecer as famílias, respeitando suas diversas organizações, seus diferentes saberes e valores, inclusive no que diz respeito às formas de cuidado e educação de seus filhos e filhas.” (p. 68)

É no sentido do diálogo, da alteridade, do entender o outro como um ser que nos desafia, surpreende e desinstala, que nos provoca a aceitá-lo e buscar compreendê-los sem pré – julgamentos que se encontra essa relação com as famílias, pois, sabemos que os conflitos ocorrem e para amenizá-los necessitasse redimensionar circunstâncias por meio de uma escuta sensível e acolhedora, buscando compreender não só o momento atual, mas a história de vida dessa família priorizando o atendimento a criança, orientando e direcionando toda e qualquer situação que possa colocá-las em risco, atendendo assim suas necessidades.

2.1- O cuidado e relação com as famílias;

Na perspectiva do cuidado de si, que se desdobra numa determinada maneira de olhar e considerar o outro como um ser que se revela em suas “diversas faces”, trago minha compreensão sobre as famílias nessa pesquisa, partindo da visão Bakhtiniana sobre a alteridade citado por Guimarães (2011).

Segundo a autora:

“Um imenso desafio é enfrentar a alteridade na relação com a família, desviando do julgamento de suas atitudes, da comparação, compreendendo as possibilidades e limites do diálogo com ela.” (Guimarães 2011 p. 89)

Cabe aqui lembrar que estando em atuação no campo da Educação Infantil, existe um limite entre o que chamamos de público e privado dentro das relações com as famílias, ou seja, existem situações e acontecimentos aos quais a instituição bem como os seus profissionais não podem nem devem interferir com as formas de organização das famílias. É neste sentido que reconhecemos o quanto é desafiador entender e aceitar o outro.

“Trata-se de experimentar a alteridade, perguntando: o que a família altera, surpreende,

desinstala? Como essa relação provoca a instituição a rever-se? Como a relação produz estranhamento e, paralelamente, possibilidade da tradução e construção de sentidos partilhados?”
(Guimarães 2011 p.90).

Valorizando o cuidado de si com um olhar sensível às famílias, este trabalho enfatiza a necessidade de pensarmos sobre esses lugares de modo que nem a creche ocupe o lugar da família, tomando para si a autoridade em relação as crianças decidindo sobre a intimidade e a vida social dos pequenos, produzindo assim uma mistura de valores buscando substituir a família, e nem as famílias sejam vistas como relapsas, negligentes, ausentes do papel que representam diante de seus filhos, delegando responsabilidades a instituição e seus profissionais, as quais não cabe a e estes.

Esta perspectiva da educação pode ser identificada com a idéia do cuidado numa dimensão ética, como atenção a si, espaço de transformação e aceitação do outro como um ser social, com ideias e valores diferentes e que precisam e merecem serem levados em consideração quando se trata da educação de crianças pequenas, valorizar o que traz cada família, seu contexto social, sua formação parental é valorizar o que a criança traz consigo como bagagem para este contato com o mundo exterior que a creche oferece, pois geralmente este é o primeiro contato social que a criança tem fora do seio familiar.

Ao receber a família com atenção, cuidado e dedicação, estamos mostrando para a criança o quanto ela pode se sentir segura neste ambiente, pois será um espaço aberto para recebê-la e receber sua família a qualquer momento. Sendo assim trazer as famílias para o cotidiano da Educação Infantil é um desafio que deve ser visto como algo indispensável e prazeroso para as unidades, e não como uma afronta ao trabalho dos profissionais, pois as famílias fazem parte deste processo de inserção das crianças na creche e precisam ser consideradas na ação pedagógica estabelecida pela unidade educativa e seus profissionais. A atenção dada às relações que se constroem entre os professores e os familiares poderá amenizar esta confrontação de sentimentos aos quais as crianças são expostas ao ingressarem na creche, ao estabelecer uma relação de escuta, e reconhecimento das diversidades, a confiança e criação de vínculos afetivos entre as crianças e entre estas com os adultos. (Bove,2002).

A este respeito, coloca-se, a seguir o registro do que foi colhido durante observação de atuação em campo no período de inserção das crianças a unidade:

“Na sala de aula, enquanto algumas crianças brincavam com massinha de modelar nas mesas, juntamente com a professora auxiliar, a professora regente do grupo recebe as famílias que vão chegando na porta e dirige as crianças ao interior da sala para guardar seus pertences, mochilas em fim. Neste momento ao chegar uma mãe com sua filha, a criança resiste a separar-se da mãe pendurando-se em seu pescoço e esta pergunta a professora: Será que eu posso entrar e ficar um pouco com ela? A professora prontamente responde que sim, e conversando com a criança estabelece com ela que assim que esta se sentir segura deverá despedir-se da mãe pois a mesma virá busca-la no horário combinado, e voltando seu olhar para a mãe conversando com a mesma estabelecem juntas um horário mais adequado para que esta esteja na unidade buscando a filha, o horário combinado foi logo após o almoço, este combinado foi informado a criança que em seguida passou a interagir com os demais despedindo-se da mãe com maior facilidade. Ao se aproximar o horário estabelecido no entanto a criança que já havia apresentado dificuldades para aceitar a refeição oferecida, começou a ficar chorosa, as professoras deram atenção e explicando que estava se aproximando o horário combinado com a mãe para buscá-la, em seguida a mãe já se encontrava na sala e assim a confiança da criança tanto na mãe quanto nas professoras aos poucos fora se estabelecendo, fazendo com que sua inserção no grupo ocorresse de forma natural.”(Registro de campo, março de 2013).

Neste registro percebe-se que a família precisa ser acolhida e orientada quanto ao papel que deve desempenhar na creche, pois não se discute se é

apropriado ou não providenciar uma separação gradativa mediada por um adulto, e sim a questão é qual a melhor maneira de tornar esta transição da família à creche mais tranquila, para ambas as partes, mas principalmente para a criança.

Existem múltiplos sentimentos envolvidos para esses primeiros contatos, esses afloram em todos os envolvidos neste processo, ou seja, famílias, profissionais e crianças. Tendo em vista que na maioria das vezes a ida a creche significa o primeiro contato social além do seio familiar.

A existência do sentimento de culpa e de abandono também existe por parte das famílias, pois, assim como se sentem felizes por verem a criança permanecendo tranquila em um ambiente e podendo retomar a sua rotina, a sensação de estarem abandonando-a também acontece, tornando esse adulto inseguro e por assim contestando o trabalho das profissionais, desta forma, é preciso também que a proposta de trabalho seja apresentada de forma clara e sucinta.

2.2- O inserimento , relações de acolhida das famílias pela unidade:

As contribuições de Bove (ano) a cerca do conceito de Inserimento na perspectiva italiana são muito relevantes para se pensar sobre estes primeiros contatos da criança e sua família em uma unidade de Educação Infantil.

Este foi o termo escolhido para falar do momento de “Inserção”, ou “período de transmissão e adaptação” que denomina a estratégia de dar início a uma série de relacionamentos e comunicação entre adultos e crianças quando uma criança está ingressando na creche.

“O conceito italiano de inserção designa o processo inicial de acolhida da criança à nova comunidade. Considerando um acontecimento delicado na vida da família e da criança (Mantovani e Terzi,1987), à pratica da inserção baseia-se principalmente em uma ampla variedade de estratégias que tem por objetivo encorajar o envolvimento e tem inicio início antes mesmo do ingresso da criança na creche ou na pré-escola.” (Bove 2002, p. 135)

O principal indicador de acolhimento que os pais podem receber é o fato de serem convidados a passar o maior tempo possível na creche. À medida que os pais e o professor vão familiarizando-se entre si, também vão criando vínculos, e a criança se beneficiará desses vínculos cada vez mais estreitos entre professores e pais (BOVE, 2002, p. 136).

Não há dúvidas, nem na literatura nacional e internacional, nem nos documentos oficiais brasileiros de que a parceria com os pais só tende a facilitar o trabalho tanto da escola como da família. A verificação de que há impedimentos iniciais para o desenvolvimento desta parceria nos força a rever práticas tradicionais em que pais não são permitidos em sala ou nas premissas da escola e que eles devem se contentar em conhecer suas normas e regras (cabendo a eles apenas segui-las). O que ainda nos falta refletir é sobre a questão do impacto destas entradas na creche e da inclusão de novos adultos na educação de crianças pequenas. Já admitimos que uma desestabilização emocional acontece e que algo deve ser feito para acolher os sentimentos das pessoas envolvidas, e neste caso, os dos professores também é de extrema importância.

Por dentro desta visão busco observar e relatar as estratégias oferecidas pela unidade estudada para este primeiro contato com as famílias no ceio da mesma, o que já existe de estrutura e organização para estes momentos e o que ainda está sendo elaborado e pensado pelos profissionais da creche para melhor acolher estas crianças e suas famílias, traçando assim o que já citei antes como uma relação de parceria e trabalho conjunto da creche com a comunidade educativa. O que já se observa é um pensamento estruturado por parte dos professores e demais funcionários de que durante todo o processo de inserção da criança na creche, a presença de um adulto com quem a criança já está familiarizada é de suma importância para que esta transição ocorra da maneira mais harmônica possível. Permitir a presença dos pais no interior da creche, participando dos primeiros momentos da rotina faz com que a criança adquira a confiança e segurança necessária para seguir seus passos sem a presença da família em um período bem menor do que aquele que não recebe o carinho e acompanhamento dos mesmos. Muitos pais ainda alegam não possuir o tempo necessário para realizar esta adaptação com os filhos, neste momento cabe aos profissionais envolvidos com a criança estarem dedicando um tempo para acolher e conversar com estas famílias sobre a importância deste momento para a criança, e que se faz

necessário sim a presença de um adulto próximo a ela, ainda que não seja o pai ou mãe.

De acordo com Chiara Bove:

“o processo de inserção requer um ambiente cuidadosamente planejado e preparado, que transmita mensagens imediatas de acolhimento e respeito a crianças e famílias. (2002, p.).

3- Pesquisa de Campo : análise das relações entre creche e famílias

A minha pesquisa decorre de uma prática pedagógica com um grupo de crianças na faixa etária de quatro e cinco anos, com intuito de pensar as relações das famílias com a creche e para tanto, pude no percurso do Curso de Especialização sistematizar um roteiro de entrevistas com famílias que vinculam-se aos grupos em que venho atuando como professora na Educação Infantil. Para este momento foi organizado um roteiro de perguntas, as quais contei com o apoio de dez famílias intrinsecamente ligadas ao grupo para responder a estas. As respostas foram dadas pelos pais, na sua maioria mães, durante os períodos de chegada e saída das crianças na unidade, sendo que alguns poucos (três) solicitaram estar levando para casa e devolvendo em outro momento. Com este questionário pude analisar e relacionar as respostas aos estudos já que vinham sendo feitos com esta complexa relação da creche com as famílias, analisando a perspectiva das famílias e o seu olhar sobre a instituição de Educação Infantil como um todo.

Para fomentar este assunto é importante trazer aqui as considerações de Sonia Kramer a respeito da ética na pesquisa com crianças. A autora ressalta a importância de se garantir o sigilo e o anonimato com relação a estas crianças, bem como as famílias envolvidas, no entanto ela traz também a importância de se revelar para estes envolvidos o resultado final da pesquisa.

Segundo ela:

“Quando trabalhamos com um referencial teórico que concebe a infância como categoria social e entende as crianças como cidadãos, sujeitos da história, pessoas que produzem cultura, a idéia central é a de que as crianças são autoras, mas sabemos que precisam de cuidado e atenção.

Elas gostam de aparecer, de ser reconhecidas, mas é correto expô-las? Queremos que a pesquisa dê retorno para a intervenção, porém isso pode ter conseqüências e colocar as crianças em risco.” (Kramer, 2002 pag. 42)

Portanto percebe-se que a realização de uma pesquisa tanto envolvendo adultos quanto crianças não é uma tarefa muito simples para o pesquisador que muitas vezes se vê entre este impasse, da divulgação ou não dos resultados da sua pesquisa. Trago aqui a sistematização da pesquisa realizada neste trabalho a qual foi possível obter autorização das partes envolvidas para a divulgação com este fim.

3.1 Sistematizando as entrevistas:

Segue abaixo as tabelas de análise do questionário aplicado às famílias:

Tabela 1: O papel da creche para as família:

O papel da creche na visão das famílias: O que a creche representa para você?						
	Um lugar de amparo.	Um lugar de disciplina, organização e lazer.	Um lugar de aprendizagem	Um lugar de crescimento e socialização.		
10 FAMILIAS ENTREVISTADAS	10	5	7	4		

Das dez famílias entrevistadas todas foram unânimes colocando a creche como um lugar de amparo das crianças. Este dado referenda a creche como um espaço de acolhimento e de garantia de direitos, tanto das famílias quanto das crianças, fazendo valer as prerrogativas expressas nos principais documentos que norteiam as políticas para Educação Infantil. (Diretrizes curriculares Nacionais, Orientações Curriculares para a educação infantil da rede municipal de Florianópolis, LDB, ECA e outros).

Cinco das famílias apresentam uma compreensão em torno da creche como um lugar de organização, disciplina e lazer, estes elementos contrastam o

entendimento das famílias no que diz respeito a educação infantil como um espaço voltados a aprendizados e ao mesmo tempo contemplando o espaço do brincar, devido a percepção dos espaços da creche que relacionam-se as possibilidades de desenvolvimento de brincadeiras, como por exemplo os parques amplos e bem visíveis. Vale ressaltar que as famílias ainda se voltam mais a garantia de um espaço para aprendizagem, do que o tempo do brincar. Dentre estas mesmas, sete famílias dão ênfase à creche como espaço apenas de aprendizagem nos levando a entender a predominância dessa compreensão das famílias quanto ao desejo de que seus filhos se desenvolvam na direção de aprendizagens essenciais ao seu crescimento.

O crescimento das crianças está atrelado a importância das socialização conforme declaram quatro das dez famílias entrevistadas, percebe-se a relevância dadas ao processo de interação entre as crianças como um fator que incide sobre o desenvolvimento das crianças.

Tabela 2: Rotina na creche:

Com relação a rotina: Como imagina o dia a dia do filho na creche?						
	Organização e disciplina, respeito a rotina e horários.	Momento de aprendizagem e crescimento.	Espaço de Brincadeira, lazer e socialização.	Cuidado, afeto e alimentação saudável.		
10 FAMILIAS ENTREVISTADAS	8	5	10	10		

Dentre as dez famílias entrevistadas, oito destacam a importância de aprendizados que se relacionam a organização do tempo e horários que formulam a rotina da unidade e que estes aspectos favorecem a internalização destas praticas vividas na unidade também fora dela, ou seja, em momentos junto a família. Aqui aparece a visão de complementaridade da creche com os anseios das famílias, uma vez que tem nesta a visão de continuar o que no espaço privado foi iniciado.

Das dez famílias entrevistadas, cinco enfatizaram a creche como um espaço de aprendizagem apenas, demonstrando com isso o amadurecimento das famílias quanto a visão da educação i como um tempo de direito da criança a infância. Esse dado se confirma quando a integralidade das famílias reafirmam a importância do lazer e da socialização. Vale ressaltar que a maioria das famílias

ainda mantem-se no desejo de assistência quando se refere a cuidados, alimentação, higiene em fim, que ressaltam o foco no amparo material. (colocar algo com relação aos cuidados de acordo com os textos)

Tabela 3: Sobre a necessidade da creche:

Com relação a necessidade de utilização da creche: Caso não precisasse trabalhar colocaria seus filhos na creche?		
10 FAMILIAS ENTREVISTADAS	SIM	NÃO
	10	0

Aqui percebe-se com as respostas unânimes o quanto as famílias já se apropriaram do entendimento da Educação Infantil como um direito das crianças, enfatizando no entanto a importância também de ter um tempo de relacionamento familiar, pois, todos relataram que se possível diminuiriam o tempo de permanência das crianças na creche para estarem mais próximos aos filhos.

Tabela 4: O processo de inserimento:

O processo de <u>inserimento</u> na Educação Infantil: O que pensam sobre adaptação da criança na creche?				
	Horário diferenciado.	Presença de um membro familiar.	Importância dos laços afetivos.	Socialização.
10 FAMILIAS ENTREVISTADAS	6	8	10	10

Dentre as famílias entrevistadas, seis delas ainda relataram ter dificuldades de acompanhar o horário diferenciado para adaptação neste primeiro momento de inserimento da criança na creche, devido ao tempo que tempo restrito que lhe resta com relação aos seus trabalhos. No entanto a presença de um membro familiar é referendada por 8 das dez famílias com relação o inserimento das crianças na unidade.

O dado expresso de dez famílias enfatizando a importância do afeto e aproximação com os profissionais, aponta para um entendimento ainda mais voltado para a criança e não para a família como parte integrante desse inserimento na unidade.

“O processo de inserção requer um ambiente cuidadosamente planejado e preparado, que transmita mensagens imediatas de acolhimento e respeito a criança e famílias”.
(Bove, 2002 p. 136)

Todas as famílias entrevistadas apontaram a importância da creche ser um local de socialização e de partilha entre pares de crianças. Existem famílias que enfatizam isso por ver no espaço da creche a possibilidade de convivência dos filhos com outras crianças, o que não encontram no seio familiar.

Tabela 5: A participação familiar no cotidiano da creche:

A participação da família no cotidiano da creche : Como ocorre a participação da família?						
	Reuniões de pais.	Eventos e momentos destinados a participação da comunidade.	Atendimento individual por grupos.	Trabalhos voluntários em benefício da unidade.		
10 FAMILIAS ENTREVISTADAS	8	9	7	6		

Neste quadro final as colocações das famílias estão relacionadas a participação na unidade à eventos, reuniões, atendimentos específicos por grupos, nos dando a entender que esta interação da unidade com as famílias ainda não ocorre cotidianamente através de praticas pedagógicas que contemplem uma maior aproximação a esse outro que difere, que desinstala e desafia a entende-lo como um outro que nos põem como tarefa a creche como uma construção de um espaço de direitos.

“Quando os educadores estimulam os pais a participarem ativamente do período de transição, eles permitem que a criança sinta-se mais segura ao experienciar a vida no novo contexto. Ao mesmo tempo, dão aos pais a oportunidade de se adaptarem gradativamente ao novo contexto.
(“Bove, 2002 p. 139)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A Educação Infantil, hoje em dia, parece fazer definitivamente parte da vida das famílias e é motivo de discussão antes mesmo dos filhos chegarem. O serviço é considerado como uma importante iniciativa e passa a ser integrado à dinâmica familiar.

As opiniões sobre a melhor idade para ingresso na Educação Infantil variam, mas a grande maioria concorda que entre um arranjo caseiro e a creche, o mais seguro seria a segunda. A crença de que a Educação Infantil é uma opção da família que trará benefícios para os filhos e a necessidade de continuar a vida profissional são dois aspectos determinantes na decisão dos pais sobre esta questão.

Todos os pais entrevistados mencionaram os aspectos práticos, racionais e emocionais sobre a decisão de colocar seus filhos na creche, respondendo que mesmo não trabalhando fora, ainda assim gostariam de colocar seus filhos na creche por acreditar que este é o melhor espaço para o desenvolvimento de seus filhos em vários aspectos, o que a maioria mudaria no entanto seria as horas de permanência na creche, optando apenas por meio período.

Mesmo diante da insegurança em compartilhar com o desconhecido a intensa tarefa de educar e cuidar de seus filhos, os pais apontam que a Educação Infantil é, de fato, uma conquista coletiva e um espaço importante e adequado para as crianças pequenas. Profissionais qualificados, estrutura planejada para o recebimento de crianças, atividades pertinentes e programadas e relações equilibradas entre adultos e crianças são algumas das justificativas para a decisão final de optarem pela Educação Infantil ao invés de arranjos caseiros e não profissionalizados, o que nos mostra o amadurecimento das famílias quanto ao entendimento do verdadeiro papel da creche. Percebe-se que aquele papel antes atribuído as creches de espaço assistencial e de amparo as famílias que necessitam de um local seguro para deixarem seus filhos enquanto trabalham já está sendo deixado para trás.

Estão convencidos de que a Educação Infantil é uma estrutura de apoio e suporte as famílias, principalmente no que diz respeito à adequação do ambiente para grupos de crianças, mas que também é um ambiente acolhedor e propício para

as crianças se desenvolverem em diversos aspectos, interagindo com demais crianças e adultos que não são de seu núcleo familiar.

A instituição de Educação Infantil não pode mais lidar com as famílias sobre questões que dizem respeito somente ao funcionamento da escola e da sua capacidade de compartilhar com estas suas dificuldades e limitações, a escola deve ser um espaço integrado à família.

Neste sentido, a Educação Infantil se apresenta como mais um serviço da sociedade para o atendimento da criança e por isso deve ser vista, por princípio, como parceira da família, parceria não fundamentada na idéia romântica de que a escola é a complementação da família, nem na idéia de que a escola fará o que a família não está apta para fazer, pelo contrário, a escola fomentará uma relação entre eles enfatizando as possibilidades de interação com os recursos que a sociedade nos dispõe e com os nossos recursos, foi o que pretendemos buscar com esta pesquisa. Complementação implica na ideia de algo que pode ser acrescido, alimentado, ampliado, desta forma a instituição de educação infantil pode ampliar a ação da família.

A função social da escola, especialmente a da Educação Infantil, passa a ser a de criar um espaço para aprendizagens, socialização, cultura e lazer, e trazer as famílias para este espaço é o intuito tanto da unidade observada quanto das demais unidades da rede, segundo as diretrizes educacionais para a educação Infantil do município. É necessário a instituição abrir as portas, literal e figurativamente, para as famílias, por meio de espaços de participação informais e formais que permitem diálogo e entendimento.

Contudo o resultado desta pesquisa foi uma intensa aprendizagem diária, pois ao se tratar de relações humanas sabemos que não encontramos um manual de instrução com estratégias de envolvimento sempre positivas.

As formas e as estratégias que possibilitam uma boa relação entre a creche e a família devem ser redimensionadas, de tempos em tempos, a partir da problematização contínua delas pelos sujeitos envolvidos, para que não percam o sentido.

Percebi que a instituição estudada, bem como outras conhecidas dentro da mesma rede municipal, encontra-se estruturada para receber as famílias com as quais trabalha de braços abertos, embora os profissionais que atuam nela nem sempre saibam como agir adequadamente para que esta interação flua com maior

tranquilidade e harmonia nos contatos com as famílias. O que percebi foi uma grande vontade de fazer a diferença e realizar cada vez mais encontros entre as famílias e o corpo docente da unidade, traçando assim uma convivência harmônica e natural, onde ambas as partes se sintam a vontade para opinar e contribuir para o melhor andamento da unidade educativa, contribuindo assim para o melhor atendimento as crianças que são, sem dúvida, prioridade tanto das famílias quanto para a creche.

5. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

GUIMARÃES, Daniela. A relação com as famílias na educação infantil: o desafio da alteridade e do diálogo. In: Vaz, Alexandre Fernandes e MONN, Caroline Machado (orgs) **Educação Infantil e Sociedade**: questões contemporâneas. Nova Petrópolis: Nova Harmonia. pp.88-100. 2012.

MAISTRO, Maria Aparecida. Relações creche e famílias, a quantas andam? **Perspectiva**, Florianópolis, v. 17, n. 31, p. 49-59, jan./jun. 1999.

MAISTRO, Maria Aparecida. As relações creche - família, um estudo de caso. Florianópolis, 1997.

BOVE, Chiara. Inserimento: uma estratégia para delicadamente iniciar relacionamentos e comunicações. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella. **Bambini**. Cap. 9 p. 134-149. 2002.

ROSEMBERG, Fulvia. Avaliação de programas, indicadores e projetos em Educação Infantil. Revista Brasileira de Educação, n. 16, p 19- 26, jan-abr, 2001.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. Esta creche respeita a criança:critérios para a unidade creche. In: CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. 98

Critérios para um atendimento em creches e pré-escolas que respeite os direitos fundamentais das crianças. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1995. 40p.

HADDAD, Lenira. A relação Creche-Família: relato de uma experiência. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, nº 60. p. 70-78, fev. 1987.

Orientações curriculares para a educação infantil da rede municipal de Florianópolis \ Prefeitura Municipal de Florianópolis, Secretaria Municipal de Educação.—Florianópolis, SC : Prelo,2012.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no 9.394/96, de 20 de Dezembro de 1996. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998,

CERISARA, Ana Beatriz. Professoras de educação infantil: entre o feminino e o profissional. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

KRAMER, Sônia. Autoria e autorização: Questões éticas na pesquisa com crianças. Cadernos de pesquisa. São Paulo, n. 116, p. 41-59, jul/2002.